

REVISTA

DIREITO SEM FRONTEIRAS

VOLUME 1 - NÚMERO 3 - EDIÇÃO ESPECIAL - 2017

PUBLICAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
Campus de Foz do Iguaçu

Editor

Júlio César Garcia

Revisão dos Textos em Língua Inglesa

Thauani Jagnow Piconi

Revisão dos Textos em Língua Portuguesa

Leonardo Sant'Ana de Lima

Apoio Administrativo

Laura Anahi Carvalho Sosa Recalde

Apoio Editorial e Diagramação

Bruno Vinícius Carlos

Ficha Catalográfica

Miriam Fenner R. Lucas – Bibliotecária – CRB/9:268

Capa

Mariane Ruiz



ISSN: 2527-1563 (Impresso)
ISSN: 2527-1555 (Eletrônico)

Catálogo na Publicação (CIP) - Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE

R454 Revista Direito Sem Fronteiras. / Curso de Graduação em Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. – v,1, n.2 (2017). – Foz do Iguaçu: Unioeste, 2017.

Semestral.

ISSN: 2527-1563 (Impresso)

ISSN: 2527-1555 (Eletrônico)

Disponível em: e-revista.unioeste.br/index.php/direitosemfronteiras

1. Direito – Periódicos. 2. Sustentabilidade – Periódicos.
3. Administração pública – Periódicos. I. Curso de Graduação em Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

CDD 20. ed.– 340.5
CDU - 34(05)

Endereço

Av. Tarquínio Joslin dos Santos, 1300 - Lot. Universitário das Américas
85870-650 – Foz do Iguaçu - PR, Brasil
Fone: (45) 3576-8100 Fax: (45) 3575-2733
Foz.revistadireito@unioeste.br
www.foz.unioeste.br/ccsa



Reitor
Paulo Sergio Wolff

Vice-Reitor
Moacir Piffer

Diretor Geral do Campus
Fernando José Martins

**Diretor do
CCSA**
Antonio Carlos Nantes

**Coordenadora do
Curso de Graduação**
Lissandra Aguirre

Conselho Editorial

Bruno Periolo Odahara - Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná/UFPR.
ITAIPU. Brasil.

Denise Lucena Cavalcante - Pós-Doutora em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa/
ULISBOA - Portugal. Professora na Universidade Federal do Ceará – **UFCE** Brasil.

João Emílio Correa da Silva de Mendonça. **ITAIPU**. Brasil.

João Ricardo Catarino - Doutorado em Ciências Sociais na especialidade de
Administração Pública pela Universidade de Lisboa/ULISBOA – Portugal. Professor na
Universidade de Lisboa – **ULISBOA**. Portugal.

Joel de Lima. **ITAIPU**. Brasil

José Rubens Morato Leite - Pós- Doutor pela Universidad Alicante/Espanha e Pós-Doutor
pelo Centre of Environmental Law, Macquarie University Sidney/Austrália. Professor na
Universidade Federal de Santa Catarina – **UFSC**. Brasil.

Juarez Freitas – Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC.
Professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – **UFRS**. Brasil.

Maria Cláudia S. Antunes de Souza - Doutora e Mestre em “Derecho Ambiental y de la
Sostenibilidad” pela Universidade de Alicante/Espanha. Professora na Universidade do
Vale do Itajaí – **UNIVALI**. Brasil.

Massimo Monteduro – Pós-Doutor em Direito da Economia e Mercado na UNISALENTO
- Universidade de Salento. Professor na Universidade de Salento – **UNISALENTO**. Itália.

Sérgio Antônio Silva Guerra - Pós-Doutor em Direito pela Yale Law School/Estados
Unidos. Professor na Fundação Getúlio Vargas – **FGV**. Brasil.

Conselho Avaliador

Bruno Gasparini

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pelo MADE-UFPR (2014). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2005). Especialista em Gestão Ambiental pela Universidade Estadual de Maringá (2002). Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (2001). Professor de cursos de capacitação, graduação e especialização. Palestrante sobre temas relacionados ao Direito Ambiental. Coordenador do Curso de Direito do Instituto Superior do Litoral do Paraná, Paranaguá -PR. Pesquisador radicado no Brasil.

Bruno Rotta Almeida

Doutor e Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Possui Graduação em Direito pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado em Direito da UFPel. Membro da Red Cono Sur de Investigación en Cuestión Penitenciaria (RCSICP). Integrante do Grupo de Trabalho Sistema penal y cambio social do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Coordena o LIBERTAS - Programa de Enfrentamento da Vulnerabilidade em Ambientes Prisionais, e co-Coordena e é advogado do DEFENSA - Assessoria Criminal Popular, ambos vinculados à Faculdade de Direito da UFPel. Pesquisador radicado no Brasil.

Carlos Alberto Lunelli

Possui Doutorado em Direito e Mestrado em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atualmente é professor titular da Universidade de Caxias do Sul, no Mestrado em Direito, ministrando a disciplina Tutela Jurisdicional do Ambiente. No Curso de Direito, ministra a disciplina de Direito Processual Civil. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, atuando principalmente nas seguintes áreas: Direito Processual Civil, Direito Ambiental, Processo Constitucional e Políticas Públicas. Pesquisador radicado no Brasil.

Denise Schmitt Siqueira Garcia

Doutora pela Universidade de Alicante na Espanha. Mestre em Derecho Ambiental y Sostenibilidad pela Universidade de Alicante na Espanha. Mestre em Ciência Jurídica. Especialista em Direito Processual Civil, Graduada em Direito. Atualmente é professora do Programa de Pós graduação stricto sensu em Ciência Jurídica, de pós graduação lato sensu e da graduação. Coordenadora de pós graduação lato sensu em Direito Processual Civil da Universidade do Vale do Itajaí. Membro associada do Instituto Brasileiro de Direito Processual. Membro efetivo do Instituto de Advogados de Santa Catarina. Membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros. Advogada. Tem experiência na área de Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direito ambiental, direito civil e direito processual civil. Pesquisadora radcada no Brasil.

Gustavo Oliveira Vieira

Reitor pro tempore da Universidade Federal da Integração Latino Americana em Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Professor Adjunto do Curso de Relações Internacionais e Integração da UNILA. Possui graduação (2002) e mestrado em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, (2005) e doutorado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2012), com período sanduíche na University of Manitoba, Canadá (bolsista ELAP). Já atuou como docente, com vínculo na UNISC, UNIFRA, UNISINOS e UFPel. Autor de três livros e de diversos artigos e capítulos de livros relativos a Direitos Humanos, Constitucionalismo e Desarmamento Humanitário. Atuou como pesquisador e observador em conferências da ONU, OEA e demais eventos diplomáticos e de pesquisa internacionais em 4 continentes, em mais de 20 países. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Internacional, atuando principalmente nos temas direitos humanos e direito internacional humanitário. Pesquisador radicado no Brasil.

Ivo César Barreto de Carvalho

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1997) e mestrado em Direito (Direito e Desenvolvimento) pela Universidade Federal do Ceará (2004). É Doutor em Direito pela Universidade Federal do Ceará (2016). Procurador Autárquico da ARCE (2009), atualmente exercendo a função de Procurador-Chefe. Advogado e Professor de Direito Tributário, na graduação do Centro Universitário Christus. Professor de Cursos de Especialização em Direito e Processo Tributário em Fortaleza (CE). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Tributário, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento tributário e tributação de serviços públicos. Pesquisador radicado no Brasil.

Jayme Benvenuto Lima Junior

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1983), graduação em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (1993), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1999), doutorado em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (2005) e Pós-doutorado em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela Universidade de Notre Dame (EUA, 2011). Atualmente é professor Adjunto III da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, em cooperação técnica na Universidade Federal de Pernambuco (2017-2020) no Departamento de Ciência Política. Integra o corpo docente permanente do programa de pós-graduação stricto sensu interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco. Foi o primeiro catedrático da Cátedra UNESCO/ UNICAP Dom Helder Camara de Direitos Humanos. Tem experiência na área de Relações Internacionais e Integração, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia na América Latina; proteção internacional dos direitos humanos; direitos econômicos, sociais e culturais; e violência urbana. Pesquisador radicado no Brasil

Lissandra Espinosa de Mello Aguirre

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (1998), Mestrado em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - RS (2003) e Doutorado

em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2016). Atualmente é professora e Coordenadora do Curso de Direito da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. Advogada. Tem experiência na área de Direito Constitucional, Direitos Humanos e Direito Administrativo. Pesquisadora radicada no Brasil.

Márcio Ricardo Staffen

Doutor em Direito Público pela Università degli Studi di Perugia - Itália. Doutor e Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (Conceito CAPES 5). Possui Graduação em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Pesquisador do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Coordenador e Professor no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito - IMED. Visiting Researcher no Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law - Heidelberg (Alemanha). Professor Honorário da Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidad Inca Garcilaso de la Vega (Peru). Professor nos cursos de especializações na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Universidade Franciscana (UNIFRA) e Faculdade Meridional (IMED). Advogado (OAB/SC). Pesquisador radicado no Brasil.

Maria Lúcia Navarro Lins Brzezinski

Doutora em Direito Internacional e Integração Econômica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011), Mestre em Direito, na área de Relações Internacionais, pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006) e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2000). É Professora Adjunta do curso de Administração Pública e Políticas Públicas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Pesquisadora radicada no Brasil.

Maria Nazareth da Penha Vasques Mota

Doutora em Ciências Sociais - Política - na PUC de SP, 2011. Mestrado em Ciências Penais, 2002 - Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (1986), graduação em Administração de Empresas pela Universidade Cândido Mendes (1973), Pós graduação em Gerência e Organização pela Universidade Estácio de Sá, Recursos Humanos para Saúde, pela Escola Nacional de Saúde Pública, Direito Público pela FGV- ISAE-AM, Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente é professora do curso de Direito do CIESA. Professora Doutora do Mestrado em Direito Ambiental da UEA. Compõe o corpo docente do Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da UEA. É Promotora de Justiça do Estado do Amazonas aposentada. Pesquisadora radicada no Brasil.

Samantha Ribeiro Meyer-Pflug

Possui doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002). É advogada e atualmente é professora da graduação e do mestrado em Direito da Universidade Nove de Julho. Titular da Cadeira n. 77 da Academia Paulista de

Letras Jurídicas. Foi assessora jurídica da Câmara dos Deputados Federais (2004-2007) e chefe de gabinete de Ministra do Superior Tribunal Militar (2008-2009). Tem experiência na área de Direito Constitucional atuando principalmente nos seguintes temas: controle de constitucionalidade, liberdade de expressão, racismo, Discurso do ódio, administração da justiça, regulamentação do lobby, reforma política e internacionalização do Direito. Pesquisadora radicada no Brasil.

Sérgio Ricardo Fernandes de Aquino

Doutor em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (2013). Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (2007). Especialização em Administração pela Universidade Independente de Lisboa em convênio com a Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC (2005) e Graduado em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (2003). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) - Mestrado - da Faculdade Meridional – IMED. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Ética, Cidadania e Sustentabilidade no Programa de Mestrado em Direito (PPGD) da Faculdade Meridional - IMED. Tem experiência na área de Direito, com ênfase nos seguintes temas: Ética, Direitos Humanos, Sustentabilidade, Política Jurídica, Filosofia, Direito na Pós-Modernidade. Pesquisador radicado no Brasil.

Thiago Rodrigues Pereira

Pós-Doutor em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis - UCP; Doutor em Direito Público e Evolução Social pela Universidade Estácio de Sá - UNESA/RJ; Mestre em Direito Público e Evolução Social pela UNESA/RJ; Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação em Direito - PPGD da Universidade Católica de Petrópolis - UCP; Professor Adjunto do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro - UNILASALLE-RJ; Professor do Master of Science in Legal Studies da AMBRA College; Professor convidado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Pesquisador radicado no Brasil.

APRESENTAÇÃO

A Revista Direito Sem Fronteiras chega ao seu terceiro número, em edição especial para 2017, de maneira a contemplar os diversos artigos qualificados submetidos ao processo editorial. Com os seis artigos publicados neste terceiro número, o volume 1 chega ao total de 18 artigos. É, portanto, uma conquista importante para um periódico estreante e um claro indicativo de sua importância para a divulgação de pesquisas e temas relevantes para toda a região de fronteiras no Brasil.

Este número está marcado por temas do Direito Público com relações diretas a área dos direitos humanos. No primeiro artigo, Victor Augusto Both Eyng e Elaine Volpato discutem as relações das novas tecnologias de comunicação social e os direitos fundamentais. A virtualização das ideias e das relações humanas no mundo digital abrem espaço para novos desafios que são colocados em perspectiva diante dos direitos fundamentais.

O artigo seguinte trata do Direito à Saúde. Joice Gracieli Nielsson, Anna Paula Bagetti Zeifert e Raissa Hauenstein Barcellos abordam o acesso às condições básicas de saúde da mulher no cárcere, a partir do estudo de caso da Penitenciária Modulada de Ijuí, no Rio Grande do Sul. A problemática do direito público a saúde ganha novas proporções diante dos agravantes para a saúde próprios do ambiente carcerário. O estudo aponta para a efetivação dos direitos fundamentais relacionados à saúde para as pessoas privadas de liberdade.

O terceiro artigo de autoria de Danielle Anne Pamplona e Moisés Xavier Ernesto trata das violações de direitos humanos pela indústria extrativista. A partir de exemplos estudados, o texto descortina os diversos problemas e violações humanas envolvidos na atividade extrativista.

O quarto artigo é do autor convidado Rodne de Oliveira Lima, que emprega sua larga experiência com a temática do Direito à Saúde para o enfrentamento do problema das restrições impostas à população estrangeira na tríplice fronteira para o acesso aos serviços do SUS de maneira a efetivar o direito à saúde. Após analisar diversos aspectos da legislação aplicável o estudo propõe a organização de uma região fronteiriça de saúde na região trinacional como perspectiva de solução para os problemas verificados.

De autoria de Vinícius Uhdre Grejanin e Marcos Vinicius Affornalli o quinto artigo trata da insustentabilidade do serviço público de transporte coletivo na cidade de Foz do Iguaçu. Os pilares ético, social e jurídico-político da sustentabilidade são

considerados para a avaliação e conclusão pela insustentabilidade do transporte coletivo no estudo de caso da situação do município de Foz do Iguaçu.

E finalmente o sexto artigo é de autoria de Leonardo Vasconcelos Guaurino de Oliveira trata do ativismo judicial, a judicialização de políticas públicas e o direito à saúde. A questão central desta análise se coloca quanto a legitimidade do Poder Judiciário no desempenho de função tipicamente política e o quanto tal protagonismo não viola a democracia brasileira.

Júlio César Garcia

Editor

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
SUMÁRIO	11
I. DOCTRINA NACIONAL	
1. DIREITOS FUNDAMENTAIS E AS NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	13
FUNDAMENTAL RIGHTS AND SOCIAL COMMUNICATION TECHNOLOGIES	
<i>Victor Augusto Both Eyng; Elaine Volpato</i>	
2. O ACESSO ÀS CONDIÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE DA MULHER NO CÁRCERE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA SITUAÇÃO DA PRESA NA PENITENCIÁRIA MODULADA DE IJUÍ/RS	29
THE ACCESS OF BASIC HEALTH CONDITIONS OF WOMEN IN PRISON: AN ANALYSIS FROM THE PRISONER SITUATION IN THE MODIFIED PENITENTIARY OF IJUÍ / RS	
<i>Joice Graciele Nielsson; Anna Paula Bagetti Zeifert; Raissa Hauenstein Barcellos</i>	
3. AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS PELA INDÚSTRIA EXTRATIVISTA	47
THE VIOLATIONS OF HUMAN RIGHTS BY THE EXTRACTIVE INDUSTRY	
<i>Danielle Anne Pamplona; Moisés Xavier Ernesto</i>	
4. DIREITO À SAÚDE E ACESSO AOS SERVIÇOS DO SUS: RESTRIÇÕES IMPOSTAS À POPULAÇÃO ESTRANGEIRA DA TRÍPLICE FRONTEIRA	61
THE RIGHT TO THE HEALTH AND ACCESS TO SUS: RESTRICTIONS IMPOSED ON THE FOREIGN POPULATION OF THE TRIPLE BORDERLAND	
<i>Rodne de Oliveira Lima</i>	

5. A INSUSTENTABILIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU 79
THE UNSUSTAINABILITY OF THE COLLECTIVE PUBLIC TRANSPORT SERVICE IN THE CITY OF FOZ DO IGUAÇU

Vinicius Uhdre Grejanin; Marcos Vinicius Affornalli

II. DOUTRINA INTERNACIONAL

1. O ATIVISMO JUDICIAL, A JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À SAÚDE 99
THE JUDICIAL ACTIVISM, THE JUDICIALIZATION OF PUBLIC POLICIES AND THE RIGHT TO HEALTH

Leonardo Vasconcelos Guaurino de Oliveira

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES 109